



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E TREZE (30-09-2013).

Às dezesseis horas e nove minutos, do dia trinta de setembro de dois mil e treze, em sua Sede, reuniu-se a Edilidade Marianense. A reunião foi presidida pelo Vereador Bruno Mól Crivellari, com a presença dos demais Vereadores que firmaram suas respectivas assinaturas no Livro de Presenças e tomaram assento no Plenário. O Senhor Presidente, cumprindo dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus, declarou abertos os trabalhos. Logo após, solicitou à Secretária que fizesse a **leitura da Ata da 29ª Reunião Ordinária**, realizada no dia vinte e três de setembro de dois mil e treze. A Ata foi colocada em discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade, após registro de que a correspondência encaminhada a Casa versando sobre a denominação da Travessa Pedro de Castro Magalhães é de autoria da Associação dos Moradores do Barro Preto. O Presidente convidou para comporem o Plenário o Dr. Paulo Felipe Gonzales Sabak, DD. Delegado de Polícia Civil de Mariana e o senhor José Antunes Vieira, ex-vereador desta Casa. Prosseguindo, a Secretária procedeu a leitura das **correspondências**. O Presidente requereu a Secretária que procedesse a leitura dos **Requerimentos**: nº 59/2013, de autoria do vereador Cristiano, no qual requer informações sobre o motivo da não inserção/adesão do município ao programa "Mais Médicos"; nº 60/2013, de autoria dos vereadores Juliano e Edson Agostinho, no qual requerem convocação de audiência pública para discutir a manutenção do 2º grau de educação no distrito de Águas Claras. A Secretária procedeu à leitura dos seguintes **Projetos de Leis**: nº 131/2013, de autoria do Executivo, que altera o disposto na Lei Complementar nº 071/2010 e dá outras providências; nº 132/2013, de autoria do Executivo, que abre créditos suplementares no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais) para reforço de dotações constante na Lei Orçamentária vigente. O Presidente, atendendo a solicitação do vereador Fernando, consultou o Plenário sobre a possibilidade de apreciar este projeto em única discussão e votação, houve aceitação unânime. Leitura do **Projeto de Lei nº 133/2013**, de autoria do Executivo, que autoriza o Chefe do Executivo Municipal a celebrar convênio com o SESI Minas e dá outras Providências. O Presidente, atendendo a solicitação do vereador Fernando, consultou o Plenário sobre a possibilidade de apreciar este

1. Oliveira Alves



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

projeto e o de nº 134/2013 em única discussão e votação, houve aceitação unânime. O Presidente solicitou ao vereador Pedro, Líder de Governo, que sugira ao Executivo projeto semelhante ao do nº 134/2013 cedendo o espaço do Centro de Convenções para que o mesmo venha a ter um melhor gerenciamento e aproveitamento, especialmente incrementando o turismo de negócios no município. O vereador Cristiano completou sugerindo que, caso venha a ser cedido em comodato para terceiro, pessoa jurídica, seja incluída, dentre as cláusulas do contrato, a obrigação da construção do teatro conforme previsto no projeto inicial. O vereador Pedro informou que a última fase de finalização do projeto do Centro de Convenções contempla a construção do teatro, já em fase de licitado e não acredita na legitimidade da cláusula obrigando a comodatária a construir o teatro. A Secretária deu continuidade à leitura dos **Projetos de Leis: nº 134/2013**, de autoria do Executivo, que autoriza o Chefe do Executivo Municipal a ceder em comodato ao SESI Minas o prédio do Cine Teatro Mariana-CTM e seu anexo para o cumprimento de suas finalidades estatutárias; **nº 135/2013**, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o “Programa Arrumando a Casa” de melhoria da qualidade habitacional no município de Mariana. O vereador Pedro solicitou o uso da palavra antes da concessão da palavra livre, sendo atendido pelo Presidente. A Secretária procedeu à leitura das seguintes **Indicações: nº 978 a 980, 984 e 992/2013**, de autoria do vereador Antônio Marcos; **nº 836, 948 à 951/2013**, de autoria do vereador Juliano; **nº 993/2013**, de autoria do vereador João Bosco; **nº 901, 937, 938, 942, 962/2013**, de autoria do vereador Sebastião; **nº 994 e 995/2013**, de autoria do vereador Fernando; **nº 893, 894, 970 a 972**, de autoria do vereador Cristiano. A Secretária fez a leitura das **Moções de Pesar**, de autoria do vereador Cristiano, pelo passamento do senhor **Francisco Valeriano Lopes** e pelo passamento do senhor **Francisco Xavier**, de autoria dos vereadores Fernando e Juliano. O Presidente realizou a reunião sem intervalo. A Secretária fez a leitura do **Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 111/2013**, que altera a Lei Complementar Municipal nº 108/2013 e dá outras providências. O Presidente colocou este projeto em **primeira discussão e primeira votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**. Leitura do **Parecer ao Projeto de Lei nº 132/2013**, que abre créditos suplementares no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais) para reforço de dotações constante na Lei Orçamentária vigente. O Presidente colocou este projeto em **única discussão**. O vereador Juliano solicitou que sejam convocados para uma reunião interna os

[Handwritten signatures]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

representantes do FUMPREV para informarem se o fator de contribuição atual é suficiente para garantir a autossuficiência do município futuramente, de maneira que não venha a onerar o servidor aposentado, e quantos servidores aposentados existem atualmente. O vereador Antônio Marcos informou que como servidor público percebeu que muitos servidores têm dúvidas quanto ao funcionamento do FUMPREV e seus direitos, defendeu uma aproximação do órgão com os servidores municipais. O Presidente colocou o projeto em **única votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**. Leitura do **Parecer ao Projeto de Lei nº 133/2013**, que autoriza o Chefe do Executivo Municipal a celebrar convênio com o SESI Minas e dá outras Providências. O Presidente colocou este projeto em **única discussão e única votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**. O Presidente colocou o **Projeto de Lei nº 113/2013**, que altera o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 007 de 2001 e dá outras providências, em **segunda discussão e segunda votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**. O Presidente colocou o **Projeto de Lei nº 117/2013**, que dispõe sobre a destinação para atendimento preferencial de caixas registradoras nos supermercados, em **segunda e terceira discussão e segunda e terceira votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**. O Presidente colocou o **Requerimento nº 59/2013**, de autoria do vereador Cristiano, em **única discussão**. O vereador Pedro informou ao vereador Cristiano que a Secretaria Municipal de Saúde realizou um estudo e constatou que ficará mais dispendioso para o município receber os médicos participantes do programa “Mais Médicos”, vez que fica a sob a expensas do Município a manutenção dos mesmos na cidade, com isso chegaram à conclusão que é mais vantajoso o próprio município recrutar os profissionais, mediante a necessidade. O vereador Cristiano, por sua vez, informou que Mariana possui uma grande defasagem de médicos, principalmente nos postos de saúde dos distritos e subdistritos; que o programa do Governo Federal é serio e não há porque questionar a capacidade profissional dos médicos estrangeiros; ressaltou que o mesmo programa é desenvolvido em muitos outros países e que é estatisticamente comprovado que o número de médicos que formam anualmente no país não é suficiente para atender a demanda nacional. O vereador João Bosco acredita que uma grande barreira entre os pacientes e médicos estrangeiros é a comunicação, j[a que grande parte dos médicos estrangeiros têm dificuldades de se comunicar no idioma nacional; afirmou que o governo deveria se preocupar, também, em criar uma melhor infraestrutura nos hospitais públicos afinal muitos não possuem UTIs,

10/11/13



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

leitos, dentre outros. O Presidente encerrou a discussão e afirmou que concorda com o requerimento do vereador Cristiano e que o requerimento deveria ser assinado por todos os Edis. O vereador Geraldo Sales parabenizou o requerimento do vereador Cristiano e defendeu que o Secretário de Saúde deva prestar esclarecimentos acerca da não adesão do município ao programa “Mais Médicos”, do Governo Federal, uma vez que a cidade necessita de mais médicos para atender aos distritos e subdistritos. O vereador Antônio Marcos afirmou concordar em parte com cada vereador, mas a maioria dos médicos se concentram na sede em detrimento das comunidades do interior que não possuem o serviço. O vereador José Jarbas lembrou a fala do Secretário de Saúde, quando compareceu a reunião nesta Casa, informando que o município estava com dificuldades para contratar médicos, assim, o vereador sugeriu que o Secretário apresente os nomes dos médicos que atendem os distritos e subdistritos de Mariana para que se possa avaliar como anda o atendimento da população. O vereador Pedro lembrou que o Secretário de Saúde esteve presente na sessão para tratar de projeto de lei que foi aprovado por esta Casa, o qual aumentou o salário dos médicos em 23% (vinte e três por cento), o que facilitou o recrutamento de novos médicos para trabalharem em Mariana e defendeu o direcionamento destes médicos para as comunidades que não possuem o serviço. O Presidente passou a palavra ao vereador Juliano informando que, em seguida, passará para a votação do Requerimento. O vereador Juliano esclareceu que nem todas as cidades inscritas no programa terão êxito em arremeter médicos, pois o número de profissionais inscritos não é suficiente para atender a demanda; que Mariana possui um grande percentual de pacientes advindos de outras cidades; entende que a Saúde na sede do município esta começando a melhorar; que é realmente precária o atendimento a saúde nos distritos e subdistritos de Mariana. O Presidente colocou o Requerimento em **única votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**. O Presidente colocou o **Requerimento nº 60/2013**, de autoria dos vereadores Edson e Juliano, em única discussão e única votação, sendo declarado **aprovado por unanimidade**. O vereador Juliano justificou a apresentação do requerimento. O Presidente passou a palavra ao vereador Juliano, autor do requerimento nº 55/2013, que questionou acerca do número de senhas distribuídas para emplacamento de veículos em Mariana, tendo em vista o benefício gerado para o município com os emplacements realizados na cidade. Afirmou que realizou levantamentos constando: - entre os meses de maio e junho/2013 em Mariana foram realizados



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

147 (cento e quarenta e sete) emplacamentos; entre os meses de junho e julho/2013 houve 163 (cento e sessenta e três), mas mesmo com o aumento ainda é insuficiente devido à demanda. No uso da palavra o Dr. **Paulo Felipe Gonzales Sabak**, DD. Delegado da Polícia Civil de Mariana, cumprimentando os presentes e agradecendo a oportunidade de se fazer presente a esta Casa, informou que Mariana é o município que mais emplaca no 3º Departamento de Polícia; que a equipe de vistoria e emplacamento de carros conta com servidores da Polícia e outros funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal de Mariana; afirmou que a Polícia Civil de Minas Gerais possui uma das piores remunerações, mas, em contrapartida, é considerada a terceira melhor do País, em virtude desta situação o Sindicato dos Investigadores de Polícia deflagrou uma greve que já atingiu 110 (cento e dez) dias, ou seja, apenas 30% (trinta por cento) das atividades da classe foram mantidas; afirmou saber dos inconvenientes causados pela redução dos serviços, mas o intuito também da greve é de sensibilizar a população a apoiar e buscar melhorias para a classe dos investigadores da Polícia Civil de Minas Gerais; afirmou que Mariana foi a única cidade da região que recebeu o selo verde de segurança pública pela redução de 39% (trinta e nove) das Ocorrências Policiais; se colocou a disposição para esclarecer qualquer dúvida, pois preza o atendimento de qualidade a população; esclareceu, ainda, que como a greve é de natureza estadual, não pode obrigar os servidores a voltarem a seus postos já que o direito de greve é amparado pela Constituição Federal e um dos meios de garantia das melhorias para a classe dos investigadores; ressaltou que Mariana é a cidade mais eficaz no emplacamento de veículos esperando que a aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil, finalize a greve e os problemas relacionados aos serviços acabem. O vereador Juliano questionou o número de servidores efetivo em Mariana e o contingente em greve. O Dr. Paulo esclareceu que todos os investigadores estão trabalhando no limite 30% (trinta por cento) da jornada normal, com isso estão priorizando os flagrantes, inquéritos atinentes a Lei Maria da Penha, e aproximadamente 20 (vinte) emplacamentos diários; atualmente contam com 12 (doze) investigadores de Polícia, sendo que 01 (um) está de licença médica, afirmou que a cidade, pela demanda, deveria possuir o triplo de servidores ao contrário da vizinha Ouro Preto que atualmente conta com 30 (trinta) investigadores, ainda que a sua demanda seja menor do que de Mariana; solicitou apoio dos vereadores para buscarem junto ao Governo Estadual melhorias para a delegacia de Polícia Civil de Mariana; Informou estar em trâmite projeto



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

denominado “Delegacia Modelo” em Mariana que será implantado no prazo de dois anos, caso prossiga da forma que vem sendo conduzido. O vereador Juliano, entendendo esclarecida a situação, agradeceu à presença do Dr. **Paulo Felipe** e a atenção concedida a esta Casa. O Presidente justificou a ausência na reunião do Dr. Valfrido, Delegado Regional da Polícia Civil, informando que aconteceu uma reunião convocada pelo Prefeito de Mariana para tratar acerca da doação de terreno para a construção da Delegacia Modelo com expectativas muito positivas da concretização do projeto; ressaltou que a Câmara conseguiu disponibilizar alguns veículos para a Polícia Militar de Mariana após mediante a interação com o Executivo Municipal e o Comando da Polícia; afirmou que a Câmara encaminhará um requerimento a Secretaria Estadual de Segurança Pública manifestando o apoio a Polícia Civil e requerendo melhorias para a Polícia Civil de Mariana. O vereador Geraldo Sales parabenizou a atitude da presidência no encaminhamento do ofício a Secretaria Estadual em apoio a Polícia Civil de Mariana, sugerindo que conjuntamente à construção da nova delegacia, deveriam reivindicar a construção da nova cadeia pública. O vereador Antônio Marcos lembrou a importância da Polícia Civil para a segurança pública e a desvalorização da classe pelo governo estadual. O vereador Cristiano afirmou apoiar a luta dos investigadores da Polícia Civil por melhorias e que a greve é o reflexo da falta de compromisso do governo estadual com a instituição. O vereador Fernando também manifestou seu apoio a Polícia Civil de Mariana. O vereador Pedro César informou foi aprovada pela Casa uma indicação solicitando a construção de uma penitenciária em Mariana, e que o Prefeito e Vice estiveram reunidos com o Secretário Estadual de Governo para tratarem do assunto e buscar apoio para este projeto, lembrou que em 2005 foi destinada uma gleba de terra para a construção de uma penitenciária. O vereador José Jarbas se colocou a disposição para auxiliar a Polícia Civil no que for possível. O Dr. Paulo Felipe, Delegado da Polícia Civil de Mariana, mais uma vez, agradeceu a oportunidade e as manifestações de apoio recebidas. O Presidente reiterou os agradecimentos e ratificou o apoio desta Casa para auxiliar a Polícia Civil e outros órgãos vinculados à segurança pública em todas as ações em favor do nosso município. Prosseguindo, concedeu a palavra ao vereador Pedro, que informou a concessão de liminar judicial em Ação Civil Pública, promovida pelo Ministério Público contra o Município, determinando a desocupação das áreas invadidas consideradas de risco e obrigando o município a alojar as famílias que serão desabrigadas. Afirmou que não consegue entender a decisão, vez que as

Paulo Felipe

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

áreas invadidas são propriedades particulares da Cia Minas da Passagem, porque obrigar transferir este ônus para a Prefeitura realizar a desocupação no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias e imposição de multa diária por descumprimento. Registrando nos autos do processo existem provas de que não houve omissão do município neste processo, inclusive juntados documentos comprovando a realização de autuações e intensa fiscalização. Lembra, também, que à época em que deixou de ser servidor o município estava praticamente livre de invasões. Afirmou que todas as administrações fiscalizaram e notificaram os invasores e os proprietários das áreas invadidas para providências. Todavia, agora a justiça transfere toda a responsabilidade para o município e isenta o proprietário da terra da responsabilidade. O Presidente disse ter faltado uma ação mais efetiva por parte do Ministério Público para com a proprietária das áreas invadidas, especificamente a da Cia Minas da Passagem, afirmou que há uma incoerência na decisão judicial que concedeu a liminar transferindo toda a responsabilidade para o município. Disse que não podem analisar apenas a situação das áreas invadidas, mas também dos moradores regulares dos bairros que circundam estas áreas. **O Presidente prorrogou a reunião por mais quinze minutos.** Pela ordem, o vereador José Jarbas posicionou-se favorável a liminar concedida pela justiça, considerando que tal decisão busca conceder uma condição digna de vida aos moradores carentes. Disse que o Executivo deve começar a desapropriar as áreas para realizar política habitacional em benefício das pessoas que não possuem condição de adquirir uma morada. O vereador Pedro afirmou que o município conduz o projeto “Minha Casa, Minha Vida” buscando proporcionar uma condição digna a população carente, este projeto será implantado em área de propriedade da Família Pimenta, fato do conhecimento geral. Afirmou que sugeriu ao Chefe do Executivo para realizar um cadastro eficiente contemplando apenas as pessoas que de fato são carentes e necessitam ser beneficiadas. O Presidente, justificando sua explanação, reiterou a sua discordância da forma que o Juízo responsabilizou o município pelas invasões isentando o proprietário do imóvel da real responsabilidade. O vereador José Jarbas defendeu seu posicionamento afirmando que a decisão judicial foi uma grande vitória, pois busca a remoção das famílias das áreas invadidas obrigando o Executivo a criar uma condição digna de moradia a estas famílias, o que antes não acontecia. O vereador Geraldo Sales, lembrando ser esta medida judicial passiva de reforma, informou que já existe uma decisão transitada em julgado, em procedimento similar, para a retirada das pessoas das áreas ocupadas, mas o



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

legislativo interviu a fim de evitar um caos social, criando condições para que o Executivo buscasse providencias de amparo a estas famílias. Afirmou que em seu governo fez a Conferencia da Habitação para inserir o município no programa “Minha Casa, Minha Vida”. Ressaltou ser necessário investigar se existe algum movimento incentivo a população a realizar as invasões. Entende da necessidade em ajudar as pessoas envolvidas que realmente não possuem condições financeiras para adquirir um imóvel, a sua construção e manutenção e responsabilizar aquelas que, aproveitando da situação, tiram proveito próprio com aquisição para negociar com outras. Pela ordem, o vereador José Jarbas parabenizou aos alunos que alcançaram boas notas na prova do ENADE. **Palavra livre.** E não havendo nada mais a tratar o Presidente declarou encerrada a Sessão, às dezoito horas e quarenta e três minutos. E, para constar, lavrou-se a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Mariana, trinta de setembro de dois mil e treze.

J. Jarbas